



Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2015

(Do Sr. Rubens Bueno)

Requer informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre denúncias de que houve fraude no processo de implantação do Sistema de Controle da Produção de Bebidas (SICOBEB) na Casa da Moeda do Brasil (CMB).

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma do artigo 115, inciso I e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado pedido de informações, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Joaquim Levy, sobre denúncias de fraudes no contrato de implantação do Sistema de Controle da Produção de Bebidas (SICOBEB) nos seguintes termos:

1. Qual foi a hipótese de inexorabilidade de licitação prevista na Lei 8.666/93 que fundamentou a contratação direta da empresa responsável pela implantação do Sicobe?
2. Qual empresa contratada para a implantação do SICOBEB?
3. Quando o SICOBEB começou a ser efetivamente utilizado pela CMB?
4. Se procede a informação veiculada na imprensa de que houve fraudes tanto no processo licitatório como no contrato de prestação do serviço a que se refere o SICOBEB?
5. Há quanto tempo a SICPA Brasil Indústria de Tintas e Sistemas presta serviços à CMB?
6. Qual foi a modalidade de contratação da SICPA Brasil Indústria de Tintas e Sistemas para prestar serviços à CMB?



Câmara dos Deputados

7. A disponibilização das cópias de todos os contratos firmados entre a CMB e a SICPA Brasil Indústria de Tintas e Sistemas.
8. Quais foram os indícios de irregularidades que levaram o presidente da CMB, senhor Francisco Franco, ainda em 2012, a acionar os órgãos de controle interno da empresa e encaminhado o caso à Polícia Federal?
9. A que conclusões chegaram os órgãos de controle interno da CMB?
10. Se tais indícios têm alguma relação com a contratação e recontração da empresa SICPA pela CMB?
11. Se tais indícios têm alguma relação com as denúncias de envolvimento do ex-presidente da CMB, Luis Felipe Denucci, em esquema de recebimento de propina de fornecedores do órgão por meio de duas empresas no exterior?

JUSTIFICATIVA

Há pelo menos oito anos, a Casa da Moeda do Brasil vem sendo apontada como objeto de um esquema de corrupção que, de acordo com informações veiculadas na imprensa, já desviaram algo em torno de 100 milhões de reais para servidores da Receita Federal e da Casa da Moeda - ambos subordinados ao Ministério da Fazenda.

Tal denúncia se reveste de extrema gravidade não somente por conta do montante supostamente desviado, mas da informação de que investigações perpetradas até o momento apontam para indícios de que a licitação que culminou com a contratação pela CMB da empresa SICPA Brasil Indústria de Tintas e Sistemas para implantação do SICOBÉ foi fraudada.

Presume-se, portanto, que o esquema corrupto aqui apontado já dura algum tempo.

Ademais, de acordo com matéria publicada pelo site "Fato On Line", de 01/07/2015, há evidências de que novo processo licitatório para o SICOBÉ, iniciado no ano passado (2014), também foi fraudado para beneficiar a mesma empresa.



Câmara dos Deputados

É inadmissível que qualquer empresa pública brasileira seja alvo de saqueadores do dinheiro público, mas o caso em tela – a Casa da Moeda do Brasil fabrica o nosso dinheiro - reveste-se de uma simbologia reveladora da corrupção que impera nos tempos correntes.

Diante dos fatos, é preciso que esta Câmara dos Deputados se inteire das informações que cercam essa importante operação da Polícia Federal e tome as devidas providências para fazer a sua parte em mais esse lamentável caso de pilhagem aos cofres públicos.

O presente requerimento de informação presta-se a esse desígnio, daí porque, dado o notório interesse coletivo na elucidação deste intrincado e já bastante longo caso de corrupção e tráfico de influência, sua aprovação é de extrema importância.

Sala das Sessões, em de julho de 2015.

Rubens Bueno

PPS/PR